

# PORANTIM



**Em defesa da causa indígena**

Ano XXXV • Nº 345 • Brasília-DF • Maio 2012 - R\$ 5,00

ISSN 0102-0825



## Assim vivem os povos indígenas no Rio Grande do Sul

A reportagem do *Porantim* percorreu cerca de 1.000 km pelo estado do Rio Grande do Sul e às margens das rodovias viu de perto a vida de comunidades Guarani Mbyá e Kaingang. Acampados sob o intenso frio do Sul do país, sobrevivem há décadas em pequenos pedaços de terra entre as cercas do latifúndio e o asfalto das rodovias. Os poderes públicos nada fazem a não ser esconder a realidade. Na foto, índios Guarani Mbyá do acampamento Arroio Divisa mostram a “moradia” da comunidade e a água usada para o consumo.

Páginas 8 e 9

**Crise generalizada exige convocação imediata da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena**

Página 2

**CONJUNTURA:**  
Y Juca Pirama e a aliança entre Lula e Maluf

Página 3

**MORTOS NO PARAÍSO, PARTE 3:**  
Mentiras históricas e história das mentiras

Páginas 12 e 13



# Crise exige 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

Paulo Daniel Moraes\*

A crise generalizada que atinge a saúde indígena no Brasil e tem provocado reações de indignação por parte do movimento indígena em todo o país, teve recentemente seu mais novo capítulo protagonizado pelos responsáveis pela nova Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). O anúncio da contratação de uma única instituição para a realização de convênio com o Ministério da Saúde para atender os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI's) existentes no país gerou sérias suspeitas sobre a capacidade da organização escolhida, a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, em gerir esta vultosa soma de recursos, bem como a enorme complexidade da assistência à saúde nas terras indígenas.

A última Conferência Nacional de Saúde Indígena realizada no ano de 2006 deixou tristes lembranças, e foi marcada pelas diversas manobras promovidas pela direção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), destinadas à manipulação e desarticulação do movimento indígena, em todos os níveis. Entre elas, talvez a principal tenha sido a demora na liberação dos recursos para a realização das conferências, o que levou ao cancelamento das etapas locais em inúmeros distritos, e a realização de forma improvisada de muitas etapas distritais, sem a legitimidade necessária para a discussão e aprovação das propostas e a escolha de delegados com reconhecida representatividade para a etapa nacional, conforme denúncias encaminhadas ao Ministério Público Federal na época.

Na última reunião da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI), órgão que assessorava o Conselho Nacional de Saúde no acompanhamento da política de atenção à saúde dos povos indígenas, os representantes da

Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ao serem inquiridos pelos demais membros da comissão sobre a necessidade urgente de realizar a Quinta Conferência Nacional de Saúde Indígena no ano de 2012, informaram que isto não será possível no próximo ano por questões de programação e orçamento, mas somente no segundo semestre de 2013. A convocação imediata da conferência é fundamental para unir as forças políticas e promover os consensos indispensáveis para desentrelavar a complicada transição da gestão da saúde indígena que se arrasta há mais de dois anos.

Os problemas e dificuldades para promover a reestruturação da política pública de atenção à saúde indígena são realmente monumentais. O quadro de recursos humanos herdado da Funasa em grande parte não preenche os critérios adequados para o diálogo intercultural e o respeito à autonomia dos povos indígenas, perpetuando as práticas de 'autoritarismo, burocratismo e tecnicismo', o que tem provocado críticas e contestações do movimento indígena em todo o país. A necessidade de criar os mecanismos de excepcionalidade para a implementação das medidas administrativas urgentes, que

a assustadora piora dos indicadores de saúde exige, não encontra eco nas outras instâncias do governo federal, como os níveis centrais dos Ministérios da Saúde e do Planejamento.

Não existe melhor providência para enfrentar esta situação do que a convocação imediata da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena. Isto ficou comprovado de forma inequívoca pelos exemplos da segunda e terceira conferências, onde foram estabelecidos os marcos basilares da Política Nacional de Saúde Indígena, como a criação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, a autonomia administrativa e financeira dos distritos, a regularização profissional dos Agentes Indígenas de Saúde, e o reconhecimento da Medicina Tradicional Indígena. Todas estas propostas nasceram nas etapas locais e distritais, e enfrentaram enormes resistências dos órgãos responsáveis pela gestão da saúde indígena na época. Esperamos que a nova SESAI, criada também por iniciativa do movimento indígena em confronto direto com a Funasa, não resolva seguir o mesmo caminho.

\*Representante do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (CISI).

## MARIOSAN



## Analfabeto funcional

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara Federal aprovou proposta do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) para investigar os procedimentos administrativos usados pela Funai em processos de demarcações de terras indígenas. Por que o deputado não vai atrás das leis em vigor para saber como funciona? Ou será o deputado analfabeto funcional?

## Dilma e o trabalho escravo

Para a presidenta Dilma Rousseff, trabalho escravo no etanol de cana de açúcar é informação motivada por "práticas fraudulentas de competição". Fez a afirmação enquanto distribuía selinhos para usinas que aderiram às medidas de melhoras trabalhistas no setor. Então por que o governo federal mantém uma lista suja de usinas que juntas apresentaram mais de dois mil trabalhadores em situação análoga à escravidão? Essas fazendas de cana podem ser utilizadas para a reforma agrária, já que não existe trabalho escravo?

## Política Pública vira condicionante

Um dos artifícios usados pelo governo federal e Norte Energia para impor a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, é oferecer migalhas para os municípios impactados como políticas de compensação. As cidades de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu receberão juntas R\$ 2.863.601 do Ministério da Saúde para atendimentos na área da saúde até 2013. O que era para ser política pública virou condicionante.

ISSN 0102-0625

**PORANTIM**  
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Edição fechada em 14/07/2012

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas



Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler  
Presidente do Cimi

Emília Altini  
Vice-Presidente do Cimi

Cleber César Buzatto  
Secretário Executivo do Cimi

Renato Santana  
EDITOR - RP 57074/SP  
Luana Luizy - Estagiária

### CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz, Benedito Prezia, Egon D. Heck, Nello Ruffaldi, Paulo Guimarães, Paulo Suess, Marcy Picanço, Saulo Feitosa, Roberto Liebgot, Elizabeth Amarante Rondon e Lúcia Helena Rangel

ADMINISTRAÇÃO:  
Marline Dassoler Buzatto

SELEÇÃO DE FOTOS:  
Aida Cruz

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:  
Licurgo S. Botelho  
(61) 3034-6279

IMPRESSÃO:  
Gráfica Teixeira  
(61) 3336-4040

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:  
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310  
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650  
Fax: (61) 2106-1651

editor.porantim@cimi.org.br  
www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,  
Cartório do 2º Ofício  
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:  
adm.porantim@cimi.org.br

### PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 60,00  
Ass. de apoio: R\$ 80,00  
Ass. dois anos: R\$ 100,00  
América latina: US\$ 40,00  
Outros Países: US\$ 60,00



# I-Juca-Pirama e a aliança entre Lula e Maluf

Saulo Ferreira Feitosa  
Secretário adjunto do Cimi

Foto: Agência Estado



**M**eninos, eu vi”. Com esta frase curta o escritor Gonçalves Dias concluiu o poema *I-Juca-Pirama*, colocando-a na boca de um sábio ancião Timbira que narrava os fatos para aqueles que não os presenciaram. Faço uso dessa expressão como um recurso retórico para discorrer sobre a trama política protagonizada pelos personagens Lula e Maluf.

Meninos, eu vi, em minha tenra juventude, durante os anos 1980, o surgimento do neologismo ‘malufismo’ como sinônimo de populismo de direita que justificava a corrupção, o roubo e toda prática política antiética, pelo pernicioso e pragmático enunciado “rouba, mas faz”. Naquela época, o termo malufista era usado como forma de xingamento a todo e qualquer político corrupto. O personagem Paulo Maluf, que deu origem ao terno, significava para nós - os que acreditávamos e continuamos a acreditar na justiça, na equidade e na ética como condição primeira para todo e qualquer processo de transformação política e social em nosso país -, a negação de todos esses valores. Ele era e continua a ser a antítese do político em seu sentido pleno, além de personificar a aliança estabelecida entre o empresariado brasileiro e a ditadura militar.

Por essa razão, Maluf e malufismo deveriam ser combatidos em defesa do bem da sociedade. Do outro lado, em posição oposta e extrema estava Lula,

o representante da classe operária que despontara como liderança política promissora, capaz de aglutinar as mais variadas representações das forças políticas populares no diversificado tecido social brasileiro. Em decorrência de sua representatividade política e do fato de exercer sua militância em São Paulo, Lula assumiu a posição de principal adversário de Maluf.

Em razão de sua trajetória de vida, umbilicalmente vinculada ao sindicalismo, mas com forte articulação com os movimentos sociais, Lula também se constituiu depositário fiel dos valores do bom político e dos sonhos de transformação das pessoas e movimentos que lutaram contra o regime militar, que enfrentaram a violência e a opressão das fábricas, que confrontaram a fúria assassina do latifúndio etc. Esse ‘exército’ de lutadores e lutadoras possibilitou

a criação do Partido dos Trabalhadores, pensado como instrumento para promover a transformação sonhada. Sua criação significou um marco na história das relações de poder dentro do Estado brasileiro. Através dele, várias lideranças populares disputaram pleitos eleitorais e ocuparam importantes cargos nos poderes Legislativo e Executivo, chegando Lula ao de maior destaque, presidente da República.

Contudo, tanto o partido como seu principal expoente passaram por um processo de distanciamento de suas origens, de esvaziamento ideológico, de perda de legitimidade política, de convivência pacífica, solidária e subserviente com o sistema, até chegar ao momento atual em que Lula, de maneira solene, anunciou a fusão de sua marca com a marca de seu ex-adversário. Como é sabido, a fusão

é um mecanismo corriqueiramente usado para revigorar o capitalismo e ampliar as possibilidades de lucro das empresas. Ao associar-se a uma marca antiga, já seguramente testada pelo mercado global desde os tempos em que a América Latina sofria os horrores dos governos ditatoriais, a marca Lula diminui seu grau de risco e adquire maior confiabilidade por parte dos investidores, tornando-se ainda mais comerciável junto aos consumidores votantes.

A marca Lula é o resultado de um movimento de apropriação feito por esse segundo personagem da trama ora relatada. Ele se apossou de um projeto político construído coletivamente a alto custo - em defesa do qual muitas pessoas doaram suas próprias vidas -, e o transformou em ‘capital político’ para ser posto a serviço do sistema. A marca Lula foi meticulosamente moldada na forma do capital, assim se tornou mais desfrutável, negociável e, sobretudo, rentável. Ela se insere entre aquelas que o economista equatoriano Pablo Dávalos classifica como “marcas de poder, marcas feitas na medida exata do poder em tempos pós-neoliberais. Marcas que permitem a reconstituição da dominação e a entrada de toda América Latina no pós-neoliberalismo”.

No cenário político latino-americano é possível identificar várias outras ‘marcas’ - independentemente de suas origens ideológicas - que também chegaram à presidência da República em seus respectivos países. A estes, Dávalos se refere como Presidentes-espetáculo da Democracia Disciplinada, uma democracia que permite a legitimidade dos discursos, as instituições e as práticas repressivas do poder. Estas marcas colocaram o Estado e as instituições públicas em função delas próprias. Por detrás destas marcas encontram-se “povos arrasados pelo capital que pressiona por petróleo, biocombustíveis, transgênicos, água, biodiversidade, serviços ambientais etc.” Os exemplos são inúmeros, mas basta citar a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Brasil e a rodovia que corta o Parque do TIPINIS na Bolívia. Esses dois empreendimentos impactam uma grande quantidade de povos indígenas e populações tradicionais, além de promover grandes danos ao meio ambiente. Nesse contexto, a fusão Lula/Maluf não causa estranhamento algum, apenas revela a forma como a ‘Democracia Disciplinada’ se utiliza da representação dos sistemas

No dia 18 de junho, Luiz Inácio Lula da Silva selou aliança do candidato petista Fernando Haddad à Prefeitura de São Paulo com Paulo Maluf, colaborador assíduo da ditadura militar (1964-1985), político ultraconservador e na lista da Interpol acusado de crimes financeiros

Na gravura do holandês Théodore de Bry (1528-1598), cerimônia antropofágica Tupinambá de guerreiro inimigo. Os indígenas acreditavam que devorar prisioneiros corajosos de povos antagônicos era uma forma de se apropriar da bravura inimiga. Era uma forma digna e honrosa de morrer e matar





→ eleitorais como dispositivos do poder. Pode ser, portanto, compreendida como uma representação simbólica do modelo pós-neoliberal desenhado pelo capitalismo para a geopolítica da América Latina. Um modelo que utiliza o discurso da economia verde para converter a natureza em mercadoria e commodities.

Percebo alguma relação entre a realidade aqui descrita e a dramaticidade do texto de ficção de Gonçalves Dias já mencionado. No poema, um valente guerreiro indígena Tupy é feito prisioneiro de guerra pelos Timbira. Ele deveria ser morto em um ritual, e sua carne seria consumida pelos guerreiros do povo que o fez prisioneiro como forma de se apropriarem de sua bravura. Apenas os fortes, valentes e destemidos eram dignos de morrer dessa forma. Como parte do ritual, o bravo guerreiro

é submetido ao corte dos cabelos e pintura corporal. Mas amedrontado, ele chora, e num sinal de fraqueza implora para que o deixem viver, argumenta que tem um pai cego e totalmente dependente de seus cuidados. Diante disso, o chefe Timbira se recusa a alimentar seus guerreiros com a carne de um covarde e liberta o jovem, que imediatamente retorna para seu pai. Ao descobrir que o filho escapara da morte heróica, o pai, envergonhado, o leva de volta aos Timbira, mas aqueles se recusam a prosseguir com o ritual.

Os homens e mulheres que se deixam converter em marcas ou engrenagens do poder, também se aco-



vardam, também perdem a “dignidade de morrer como bravos guerreiros em defesa de seus povos”. No desfecho do poema, o jovem guerreiro recupera sua dignidade declarando guerra contra os Timbira. Sozinho, ele empreende um combate hercúleo contra aquele povo e morre heroicamente diante de seu pai. Para aqueles que se tornaram marcas, não se faz necessária nenhuma ação suicida. Para retomarem a possibilidade da morte digna basta que se recusem a

continuar sendo marcas do poder, que se libertem da visão preconceituosa e subserviente de que nossos povos localizam-se na periferia do mundo, que abandonem o modelo de Estado desenvolvimentista que coloca nossa biodiversidade à venda no mercado global, que não submetam nossos povos às novas formas de colonização hoje vigentes na América Latina, e que apoiem as lutas e iniciativas protagonizadas por nossos povos do Sul que visam à construção de um novo modelo de Estado onde sejam reconhecidas as diferenças, estados verdadeiramente plurinacionais e soberanos.

Agindo assim, não correrão o risco de ouvir da boca dos filhos de seus povos as duras palavras pronunciadas pelo chefe Timbira para o jovem guerreiro Tupy: “Não queremos com carne vil enfraquecer os fortes”. ■

## Opinião

# FALTA O BOBO NA CORTE DO PAPA

**Eduardo Hoornaert**  
Teólogo e historiador

**N**a maioria das culturas, desde tempos imemoráveis, existe a figura do palhaço, que pode ter os mais diversos nomes: bobo, bufão, clown, tolo, idiota, ignorante, e muitos outros. Ao lado do rei, do imperador, do faraó, do sultão ou do presidente, esse bobo faz figura de ingênuo e ignorante. Mas não é bem assim, pois a figura sisuda, demasiadamente séria, do homem que representa a suprema autoridade e vive rodeado de um cerimonial repetitivo e enfadonho, necessita a seu lado a figura brincalhona que significa o limite, a fragilidade e a provisoriabilidade do poder. Um bom governo é composto de um rei e de um bobo: seriedade e senso de limite, sisudez e humor. A conjunção resulta em sabedoria e arte de governar.

Nos tempos do império romano, quando o imperador passava pelo arco do triunfo e recebia as supremas honras, o cerimonial exigia que houvesse a seu lado uma pessoa que lhe sussurrava continuamente no ouvido as seguintes palavras: ‘memento mori’ (lembre-se: você também é mortal). E na corte dos reis medievais, em meio às mais solenes sessões, o bobo da corte agitava de vez em quando, rindo e dançando, um espelho diante da face do rei, como para dizer: ‘veja as besteiras que você está fazendo!’.

Na literatura não falta a figura do bobo. Dom Quixote sempre sonha



com os mais elevados ideais, mas ele vai acompanhado de Sancho Pança que só pensa em ‘sombra e água fresca’. Reis e rainhas das comédias de Shakespeare, Corneille e Racine, sempre têm seus (suas) ‘confidentes’, que lhes dizem a verdade. E Dostoiévski, quando quer contar a história de um homem realmente bom, o chama de ‘idiota’. O bom governo necessita de idiotas. Eles são fundamentais para o bom andamento da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que incomodam, mostram os limites de tudo que se quer realizar na vida. Eles apontam para a sabedoria. Só um rei, imperador, sultão ou papa que se mostra capaz de escutar o bobo conquista a sabedoria e faz um bom governo. A bobagem é o caminho da sabedoria, a ironia o contrapeso da autoridade.

Os padres desobedientes da Áustria e da Irlanda bem que poderiam ser hoje os bobos da corte do Vaticano a lembrar que a boa vontade do papa não pode fazer com que ele feche os olhos diante da precariedade e dos limites de seu projeto. Da mesma forma os teólogos da libertação na América latina ou os teólogos desobedientes da Espanha. Mas parece que o papa atual não vê as coisas desse modo e isso constitui uma ameaça ao bom andamento da igreja. Em vez de procurar alguma centelha de verdade nas ideias desses padres, o papa fala em ‘desobediência’. A impressão que algumas de suas declarações recentes deixam é que ele anda enxergando, em seu redor, sombras que assustam, armadilhas e armações, conciliábulos, sussurros nos cantos do palácio e nos imensos corredores.

O psicólogo Jung nos ensina que essas impressões ameaçadoras bem poderiam ser expressões de desejos não confessáveis e sentimentos reprimidos. É nesse momento que se sente a falta do saudável bobo da corte a trazer a realidade como ela é e lembrar que as coisas nem sempre são como a gente quer. Tudo, afinal, pode ser diferente. Quando alguns cardeais foram aconselhar o papa João XXIII a não convocar um concílio, pois tudo corria normalmente na igreja e seria uma despesa inútil, ele simplesmente se levantou e abriu uma janela da sala. Uma lufada de ar fresco penetrou nos sagrados recintos do Vaticano (que cheiram a mofo). Em plena sessão do Concílio Vaticano II, Dom Helder sonhou que, de repente, o imperador Constantino irrompia de cavalo na nave central da imensa basílica de São Pedro. Num outro sonho, igualmente saudável, ele se imaginou que o papa tinha ficado louco, jogou sua tiara no rio Tibre e dançava cantando pelas ruas de Roma.

Hoje, penso que, para ser um bom católico, há de se cultivar um pouco de saudável ironia. Ao me aproximar de teólogos da libertação da primeira geração, como Gustavo Gutiérrez, José Comblin e Juan Luís Segundo, sempre me impressionou seu espírito de humor. Eles sabiam relativizar e manter a esperança, eles cultivavam a ironia. Mas hoje estamos vivendo numa igreja à qual se aplica a palavra de Millôr Fernandes: ‘para que ser o bobo da corte se o rei não tem espírito de humor?’ ■

**Papa Bento XVI e seu cardeal de maior confiança, Tarcisio Bertone, secretário de Estado do Vaticano. Recentes episódios revelaram os bastidores de uma Igreja atrelada a escândalos, máfia e disputa por poder**



# WAIMIRI-ATROARI O MASSACRE DA DITADURA MILITAR – PARTE III

## Assassinos dos indígenas seguiram no poder com transição à democracia

Egydio Schwade<sup>1</sup>

Casa da Cultura do Urubuí (AM)

Uma das estratégias do governo, seja em tempos de Ditadura Militar ou de Nova República, para ocultar os assassinos dos Waimiri-Atroari é sustentar em locais estratégicos pessoas que saibam manter, ante a opinião pública, a aparência da política que está no poder. Assim Sarney deu continuidade à política indigenista da ditadura militar ao nomear Romero Jucá, homem de confiança dos ditadores, mas desconhecido na área indigenista, presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Jucá, por sua vez, nomeou Sebastião Amâncio superintendente do Amazonas e Roraima, segundo cargo em importância na Funai.

Este era conhecidamente submisso não só à política dos militares na região, mas também aos métodos de violência dos ditadores usados contra os índios Waimiri-Atroari. Quando Sarney passou a reserva desses índios à administração de uma empresa, a Eletronorte (caso único até então na política indigenista brasileira), esta nomeou Jose Porfírio de Carvalho para dar continuidade à política oficial. Sarney, Romero Jucá, Sebastião Amâncio e Carvalho, nenhum deles participou da luta pela transformação política da ditadura para a democracia em suas áreas de atuação.

Durante a maior parte do período da Ditadura Militar, Jose Porfírio de Carvalho ocupou cargos de confiança. Foi subchefe da Coordenação da Amazônia (Coama), órgão da Funai, e também superintendente no Acre e delegado regional no Maranhão. “Honrou” os encargos como repressor do indigenismo independente, em especial no Acre,

onde reprimiu membros da Operação Amazônia Nativa (Opan) e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), retirando-os à força da aldeia Santo Amaro dos índios Madia, entre eles Rosa Monteiro, única enfermeira que trabalhava junto a esse povo.

Como subcoordenador da Coama, órgão da FUNAI durante os anos 70, Carvalho se integrou, no seu estilo, à política dos militares junto aos Waimiri-Atroari. Os militares sempre impediram o acesso de pesquisadores e jornalistas a esses índios para manter o controle absoluto sobre a informação e impedir qualquer crítica aos seus atos. Carvalho colaborou com os militares na época e deu continuidade a esse esquema repressivo e de controle da informação sobre os acontecimentos na região, tanto durante a Ditadura Militar como na nova República, agora como funcionário da Eletronorte, à frente do Programa Waimiri-Atroari. Em seu livro, “Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada”, escrito quando a Ditadura já estava agonizando, revela documento que comprova o uso de armas de fogo pelo Exército contra os Waimiri-Atroari, mas a opinião pública na época dos acontecimentos não registrou crítica alguma sua contra esse uso da força.

Ao contrário, revela em seu livro que após uma reunião entre o delegado regional, “Sr. Francisco Mont’alverne Pires e o chefe da Divisão da Amazônia, Major Saul Carvalho Lopes, quando a sorte dos índios Waimiri-Atroari foi tra-



Fotos: Egydio Schwade/Arquivo Cimi



drontar os índios e evitar que voltassem a interromper o andamento dos trabalhos da estrada”.

Em anexo ao seu livro, Carvalho publica em primeira mão o texto do ofício Nr. 042/E-2 confidencial, com 13 determinações (no livro Carvalho as trata apenas como recomendações) repressivas a serem usadas pelo Exército contra os índios. Leia uma delas:

“- esse comando, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite”.

O Ofício 042/74 foi apenas a oficialização do que já era prática desde o início da construção da rodovia. “Pois muito antes da realização da reunião entre o 2º GEC e a Funai, no KM 220 da rodovia Manaus-Caracará-Boa Vista, - prossegue Carvalho - já o sr. Comandante nos fez ciente de que mandara para as frentes de trabalho da estrada brigadas de soldados do Exército armados, prontos para defenderem, a qualquer custo, a continuidade dos serviços de desmatamento e terraplenagem da estrada”. Seguem os relatos: “Até as normas que são exigidas normalmente para qualquer penetração em área indígena, como exame médico, vacina etc. se tornaram coisa secundária diante da ordem do Exército”. “Houve praticamente uma intervenção do 2º GEC na direção da FUNAI, em Manaus, principalmente nos trabalhos realizados pela Frente de Atração Waimiri-Atroari”.

Ninguém pode supor ingenuamente que o subcoordenador da Coama, importante órgão da FUNAI e que estava presente na área, inclusive ajudou a recolher os corpos de companheiros mortos pelos índios, não tenha tido

“Os Waimiri-Atroari precisam de uma lição:(...) Irei com uma patrulha do Exército até uma aldeia dos índios e lá, em frente a todos, darei uma bela demonstração de nosso poderio”, declarou ao jornal O Globo Sebastião Amâncio, do Exército

## Resgate histórico

### WAIMIRI-ATROARI O MASSACRE DA DITADURA MILITAR – PARTE III

→ conhecimento do conteúdo dessas determinações. Com certeza Carvalho não precisou procurá-la nos arquivos secretos do Exército ou da Funai. Por que a escondeu da imprensa naquela época e só as começou a revelar quando a ditadura agonizava e já era tarde para tomar qualquer providência de proteção aos índios? Na época a opinião pública não registrou nenhum repúdio de Carvalho à atitude dos militares e do delegado da Funai, ao contrário, silenciou e em seu livro omite o posicionamento de seu amigo pessoal, Sebastião Amâncio, nomeado para substituir Gilberto Pinto, morto pelos índios o qual em entrevista de 5 de janeiro de 1975 ao jornal O Globo assumiu que como novo coordenador dos trabalhos da Funai da Frente de Atração Waimiri-Atroari aplicaria a política repressiva determinada em reunião entre a Funai e o Exército, realizada no dia 20 de novembro de 1974 no Km 220 da BR-174.

Afirma Amâncio naquela entrevista, um mês e meio após a reunião que produziu o Ofício 042/E-2, revelado em mão por Carvalho: “Os Waimiri-Atroari precisam de uma lição: aprender que fizeram uma coisa errada. Vou usar mão de ferro contra eles. Os chefes serão punidos e, se possível, deportados para bem longe de suas terras e gente. Assim, aprenderão que não é certo massacrar civilizados (...) Irei com uma patrulha do Exército até uma aldeia dos índios e lá, em frente a todos, darei uma bela demonstração de nosso poderio. Despejaremos rajadas de metralhadoras nas árvores, explodiremos granadas e faremos muito barulho, sem ferir ninguém, até que os Waimiri-Atroari se convençam de que nós temos mais força do que eles”.

Em sua entrevista ao jornal O Globo, Amâncio declarou ainda que iria “deter alguns índios (Waimiri-Atroari) e mantê-los numa “fortaleza”, “numa

espécie de prisão”, não só como punição mas também para fazer-lhes pregações que os levem a ter medo dos brancos”. Amâncio disse ainda que ele e outros agentes estavam cansados da “guerra sem armas” da Funai. E que a tradicional estratégia de pacificação do órgão havia fracassado. Chegara a hora de usar meios mais diretos, tais como dinamite, granadas, gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadora para dar aos índios “uma demonstração de força de nossa civilização”.

Deixar mais presentes para os Waimiri-Atroari, segundo Amâncio, apenas daria a idéia de que eles estavam sendo recompensados pelos ataques e massacres dos últimos anos. Amâncio planejava construir uma fortaleza no Posto Indígena Abonari. Essa fortaleza teria uma só entrada, com uma escada que seria erguida em caso de ataque. A fortaleza abrigaria um arsenal de dinamite, foguetes, bombas de gás lacrimogêneo e granadas. Essa demonstração de força, dizia ele, expulsaria os índios de seus esconderijos e abriria caminho para a construção da estrada. Amâncio vinha do rio Javari, com experiência no uso desse tipo de estratégia, pois ali construiu fortaleza semelhante para se proteger dos índios. Em seu livro Carvalho omite conscientemente esse fato.

O plano de Amâncio chocou a opinião pública e muitos apelaram ao presidente da Funai para que abrisse o jogo sobre qual seria a política oficial na estrada Manaus-Boa Vista. O general Ismarth, presidente da Funai, e o seu ponta-de-lança no Amazonas, delegado regional Francisco Mont’Alverne, aparentavam surpresa ante as declarações de Amâncio, mesmo tendo o delegado regional participado da reunião concluída com o Of. 042/74.

Por pressão da opinião pública Amâncio foi afastado do cargo pela Ditadura Militar, mas não da Funai. Na Nova



Foto: Eglydio Schwade/Arquivo Cimi

República, durante o Governo Sarney, passou a ocupar o segundo posto mais importante, ou seja, de superintendente da Funai no Amazonas, onde, em pleno novo regime, se distinguiu pela aplicação dos métodos repressivos dos militares ao indigenismo independente e à presença de jornalistas na área.

O plano do seu substituto na Frente de Atração Waimiri-Atroari, Apoena Meirelles, não divergia muito de seu antecessor. Meirelles organizou uma expedição de 80 membros para contatar os índios. Cinquenta homens serviram como guardas. Os outros 30, chefiados por ele, colocavam presentes em frente às aldeias Waimiri-Atroari, tentando assim reconquistar a confiança dos índios. A construção da estrada, no entanto, continuou. Mas Meirelles foi mais sincero para com a opinião pública.

Sem revelar fatos, admitiu o uso de violência contra os Waimiri-Atroari. “Em todos os conflitos houve baixas de ambos os lados”, afirmou. “Em Brasília (...) todos pediam que eu tivesse cuidado com os traiçoeiros Waimiri-Atroari. Mas a estória é outra, e chegamos mesmo a mentir à opinião pública nacional, não contando a verdade dos fatos que levam esses índios a trucidar as expedições pacificadoras. (...) é a estrada que corta a sua reserva, proliferando o ódio e a sede de vingança contra o branco invasor, foram os assassinatos praticados

pelos funcionários da FUNAI durante os dois últimos conflitos (...)”.

“Os Waimiri-Atroari tombarão no silêncio da mata e foram sutilmente enterrados e esquecidos no espaço e no tempo. Hoje em dia vamos em missão de paz, de amizade com os índios, mas na verdade estamos é trabalhando como pontas de lança das grandes empresas e dos grupos econômicos que vão se instalar na área. Para o índio fica difícil acreditar em missão de paz se atrás de você vem um potencial de destruição ecológica”. As declarações Apoena Meirelles, chefe da Frente de Atração Waimiri-Atroari, foram dadas ao Jornal Opinião, Rio de Janeiro, em 17 de janeiro de 1975.

Sarney, Romero Jucá e José Porfírio de Carvalho continuam ocupando postos chave no Governo. Sarney como presidente do Senado, Romero Jucá como líder do governo no Senado<sup>(2)</sup> e Carvalho como coordenador do Programa Waimiri-Atroari. O que podemos esperar de uma investigação sobre os acontecimentos que resultaram na morte de mais de 2000 Waimiri-Atroari durante a Ditadura Militar? ■

<sup>(1)</sup> Eglydio foi um dos fundadores do Cimi e primeiro secretário executivo da entidade, em 1972.

<sup>(2)</sup> Na publicação deste texto pelo Porantim, Romero Jucá (PMDB/RR) não era mais o líder do governo no Senado.

# Assine o PORANTIM

Formas de Pagamento:

BANCO BRADESCO

Agência: 0606-8 – Conta Corrente: 144.473-5

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Envie cópia do depósito por e-mail, fax (61-2106-1651) ou correio e especifique a finalidade do mesmo.

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:

[adm.porantim@cimi.org.br](mailto:adm.porantim@cimi.org.br)

Se preferir pode enviar CHEQUE por carta registrada nominal ao CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, para o endereço:  
SDS – Ed. Venâncio III, Salas 309/314 – CEP: 70393-902 – Brasília-DF  
– Para a sua segurança, se for enviar cheque, mande-o por carta registrada!  
– Comunique sempre a finalidade do depósito ou cheque que enviar.  
– Inclua seus dados: nome, endereço, telefone e e-mail.

P R E Ç O S

Ass. anual: R\$ 60,00

Ass. dois anos: R\$ 100,00

\*Ass. de apoio: R\$ 80,00

América Latina: US\$ 40,00

Outros países: US\$ 60,00

\* COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

José Sarney, Romero Jucá e José Porfírio de Carvalho continuam ocupando postos chave no poder. O que esperar das investigações sobre as mortes de 2 mil Waimiri-Atroari?



# Prazos e paciência se esgotaram para os Guarani Kaiowá

**Egon Heck**  
Missionário do Cimi

**N**handeru Getulio inicia com reza e ritual, em Guarani, o encontro da delegação do Conselho da Aty Guasu - e representantes de áreas de conflito - com a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Azevedo, e suas equipes de Brasília e do Cone Sul, na segunda quinzena deste mês de maio.

Talvez seja a primeira vez na história em que uma delegação houve a presidente do órgão indigenista do governo se comunicar com eles na sua língua materna, o Guarani. Acreditam que esse fato possa e deva se converter em compromisso mais profundo da Funai com a luta pelos seus direitos, à vida e especialmente às terras tradicionais.

Os representantes de comunidades de 14 terras indígenas vão definir estratégias para diminuir a extrema violência a que estão submetidos, tendo a garantia constitucional de seus territórios assegurados.

Depois das terras indígenas Raposa Serra do Sol (RR) e Caramuru-Catarina Paraguaçu (BA), acreditam que é a vez dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, em especial os Guarani Kaiowá e Terena, terem suas terras identificadas, demarcadas e com a completa retirada dos invasores.

Nos depoimentos iniciais, os Guarani Kaiowá deixaram bem claro: já esgotou de novo o prazo de 60 dias definimos na Aty Guasu de Jaguapiré (fevereiro) de 2012. “Todos os prazos para a publicação dos relatórios de identificação já se esgotaram”, dizem as lideranças.

Com isso, também a paciência se esgotou. Só lhes resta a própria mobilização pelas suas terras, com apoio da sociedade e dos órgãos que tem a obrigação constitucional em demarcar e proteger os territórios.

“Queremos levar resultados; queremos saber quando a demarcação vai sair. Não temos onde plantar. Se nos matarem, nossos filhos chegarão às nossas terras. Com a força de Deus Nhanderu

Foto: Egon Heck/Cimi



vamos vencer”, enfatiza. “Sinto a falta do cheiro da flor, do cheiro do fruto e do cheiro da casca de pau. O único cheiro que sentimos hoje é o do veneno”, diz Getúlio Guarani Kaiowá.

Durante o encontro dos Guarani Kaiowá com a presidente da Funai, o governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, que juntamente com parlamentares e assessores, esteve em audiência com o ministro da Justiça, José

Eduardo Cardozo, pedindo urgência nos conflitos envolvendo os povos indígenas e o agronegócio.

Os representantes das terras indígenas e áreas de conflito vieram de Dourados (Jaguapiré e Bororó), Yvy Katu (Porto Lindo), Ypoi, Potrero Guasu, Guayviri, Sukuriy, Kurusu Ambá, Guirá Kambi'y (Lagoa Rica), Laranjeira Nhanderu, Nhanderu Marangatu, Takuara, Pyolito Kuê, Jaguapiré e Arroio Korá. ■

**Em 2011, indígenas Guarani Kaiowá do acampamento Puelito Kue, foram atacados por milícia armada, assim chamado pelo Ministério Público Federal (MPF) o bando criminoso que chegou atirando contra os indígenas**

## Santa Catarina

### Participantes de aula aberta na Universidade Federal fazem manifesto contra PEC 215

**Equipe Florianópolis (SC)**  
Cimi Regional Sul –

**D**urante aula aberta realizada no início de junho na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, as vozes da sociedade brasileira contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara Federal, se ergueram.

A PEC 215 visa transferir do Poder Executivo para deputados federais e senadores a autorização ou não de demarcações e homologações de terras indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental.

Porém, a proposta articulada pelas bancadas ruralista e evangélica visam aproveitar a correlação de forças das casas legislativas para impedir a efetivação dos direitos constitucionais de índios, quilombolas e preservação ambiental para assim garantir a expansão dos latifúndios.

A proposta aguarda a abertura de um grupo de trabalho para ter sequência, ato esse exclusivo ao presidente da Câmara. Desse modo, conforme avaliação dos participantes da aula aberta, as mobilizações contra a PEC 215 não podem cessar.

Entendendo tal objetivo, o encontro se encerrou com um manifesto contra a proposta. Leia na íntegra:

#### Manifesto ao Congresso Nacional e à Sociedade Brasileira sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215

Os participantes da aula aberta “A PEC 215 Contra os Direitos Territoriais Indígenas, Quilombolas e Ambientais”, ocorrida em 04 de junho de 2012, no auditório da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina vêm, por unanimidade, manifestar aos deputados federais e senadores do Congresso Nacional, e à sociedade brasileira, sua posição contrária à aprovação da PEC 215/2000 em plenário, considerando:

- Que Terras Indígenas, Quilombolas, de Populações Tradicionais e Unidades de Conservação devem ser devidamente reconhecidas e garantidas no Brasil, via processo administrativo, sob a responsabilidade constitucional do Poder Executivo;

- Que a independência entre os Poderes da União – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (artigo 60, §4º, inciso III da Constituição Federal

de 1988) – deve ser respeitada e praticada igual e integralmente nestes casos;

- A existência de documentos internacionais de proteção de direitos territoriais, como a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 143/2002; a Declaração das Organizações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO, ratificada pelo Decreto nº 485/2006.

Posicionando-se contrariamente à PEC 215, os participantes requerem aos parlamentares o voto a favor da Constituição Federal de 1988.

Florianópolis, 04 de junho de 2012

## Maranhão

### Descaso na saúde indígena motiva protestos

**Gilderlan Rodrigues da Silva**  
Cimi Regional Maranhão

**M**ais de 60 indígenas do povo Tenetehara (ou Guajajara) da Terra Indígena Araribóia, região de Arame, Maranhão, chegaram nesta terça-feira, 29, a São Luís para protestos na Assembleia Legislativa do estado contra a falta de assistência à saúde na região.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) realiza o atendimento de forma precária nas aldeias, o que tem ocasionado a morte de indígenas. Um dos últimos casos envolveu Lurdinha Paulino Guajajara, de 13 anos. Grávida, a indígena faleceu no último dia 16 após durante o parto no hospital municipal de Arame.

Os indígenas estão denunciando que a morte de Lurdinha ocorreu por falta de assistência médica, que não acontece na cidade tampouco nas aldeias. Nas suas comunidades, conforme os indígenas, faltam medicamentos, médicos, estrutura nos postos de saúde, transporte para deslocar os pacientes e atender as demandas das comunidades.

Denunciam ainda que a equipe multidisciplinar realizou campanha de vacinação durante a noite. Para piorar, a enfermeira atua como médica e que o pré-natal não é feito nas aldeias razão pela qual o parto da indígena se complicou levando-a a morte.

Cansados de serem desrespeitados, os indígenas cobram melhor assistência em suas comunidades. A liderança indígena Paulo Gomes Guajajara relata, indignado, a situação de descaso vivenciada pelos indígenas entendendo que saúde diferenciada é um direito constitucional.

“Não podemos nos calar diante dos absurdos, do desrespeito e do descaso com a saúde indígena e da forma que somos tratados. Não somos ficção: somos seres humanos, somos povos e nações sujeitos de direitos inerentes às nossas diferenças e seremos implacáveis na luta pelo fortalecimento destes direitos”, afirma. ■





Kairu/Kaingang - Acampamento na BR-386, município de Carazinho. População: 60 indígenas. Aguarda publicação de Portaria Declaratória.



Mato Castelhanu/Kaingang - Acampamento na BR-285, município de Camacã. População: 450 indígenas. Em estudo.



Kentyjug Tegtu/Kaingang - Acampamento dentro da cidade Santa Maria. População: 40 indígenas. Sem providências.

# À MARGEM: Os acampamentos

“Gostávamos da casa porque, além de espaçosa e antiga (hoje que as casas antigas sucumbem às mais vantajosas liquidações de seus materiais), guardava as recordações de nossos bisavós, o avô paterno, nossos pais e toda a infância”

Julio Cortázar, no conto Casa Tomada

*Numa manhã fria do mês de abril deste ano, crianças Guarani Mbyá se alvoroçam diante do carro que para em frente ao acampamento, instalado no acostamento da rodovia. Os ocupantes passam a distribuir roupas e demais objetos usados. O cacique olha a cena e diz: “Pelo menos esses não jogaram as coisas. Tem uns (motoristas) que passam e jogam sacolas como se aqui fosse um lixão”.*

Renato Santana,  
Editor do jornal Porantim

Quando chegaram, açoitados pela sanha colonizadora, espanhóis e portugueses tomaram apenas alguns cômodos da casa, sendo bem recebidos pelos moradores. Em poucos anos reduziram os habitantes originais ao pedaço mais esquivo da casa, rumo à sarjeta. Expulsos depois de intensa resistência e mortes, os moradores, porém, jamais abandonaram o próprio lar, o qual abrange hoje o estado do Rio Grande do Sul, além de Argentina, Uruguai e Paraguai; tampouco deixaram de compartilhar com os invasores aquilo que eles, indígenas de povos resistentes e extintos, nunca consideraram propriedade particular, a terra, mas bem coletivo; espaço físico e simbólico.

Por essas terras ou em parte delas os índios Guarani e Kaingang passaram a vagar – não mais morar - pelos séculos que se seguiram aos primeiros 200 anos de colonização – entre 1626 e 1827, período em que só a população Guarani dos chamados Sete Povos foi dizimada: de 100 mil indivíduos permaneceram apenas 1.874. Vagaram e vagam, e assim nunca saíram de perto das áreas que hoje reivindicam; estratégia de resistência silenciosa e paciente como se dissessem ao país que passa pelos acampamentos de lona preta, onde vivem às margens das rodovias federais e estaduais que cortam a casa tomada: “Essa terra tem dono!”. Se por um lado

os indígenas sofreram o esbulho enquanto partilhavam, por outro passaram a resistir ao esbulho e reivindicar ao menos um pouco de partilha de quem os roubou.

Sepé Tiaraju, cacique de São Miguel, um dos Sete Povos missionários criados a partir das chamadas Reduções Jesuítas do século XVII e das guerras contra os bandeirantes paulistas, foi quem primeiro gritou: “Essa terra tem dono!”. Morreu combatendo espanhóis e portugueses que foram cumprir uma cláusula do Tratado de Madrid, assinado pelas coroas de Espanha e Portugal, com as bênçãos da Santa Sé: os índios deveriam sair de suas terras, ou seja, a casa deveria ser tomada por completo pelos colonizadores.

Massacrados, vencidos e dispersos pelo território - que ganhou fronteiras e acabou tomado por aventureiros, colonos e escravocratas vindos da Europa – os povos originários passaram a adotar estratégias de resistências. A tragédia Guarani foi o prenúncio de outros extermínios, caso dos Charrua, Minuano (povo extinto) e, por fim, dos Kaingang. Porém, não se trata apenas de episódios ocorridos há 200, 300 anos: durante o século XX, as comunidades continuaram sendo expulsas dos territórios remanescentes. O resultado de tamanha violência, não retratado nos livros de história, está em acampamentos dispersos por todo o estado do Rio Grande do Sul. Às margens das rodovias, os indígenas veem o desenvolvimento passar longe de inclui-los conforme seus direitos, garantidos pela Constituição Federal, e diferenças sociais e culturais.

Tatados ainda como vencidos por uma guerra de extermínio incutida na dinâmica do Estado brasileiro, os povos indígenas do Rio Grande do Sul encontram suas formas próprias de vida sob lonas que congelam nas baixas temperaturas do Sul e cozinham ao calor; em pedaços de terras que ficam entre as cercas de propriedades rurais e o asfalto das rodovias, artérias necrosadas que rasgam o convívio das comunidades. Sobrevivem da venda de artesanatos e trabalhos nas lavouras de maçã e frigoríficos, instalados sobre latifúndios muitas vezes enraizados nas terras de ocupação tradicional dos próprios indígenas.

Chamados pejorativamente de bugres, vivem há décadas contabilizando os mortos por atropelamentos e frio rigoroso. No mais completo abandono do Poder Público e inoperância da Fundação Nacional do Índio (Funai), as comunidades tecem a complexa teia social e cultural de seus povos com o arame farpado das cercas que os mantêm fora de suas terras. Falantes da língua tradicional (tronco Macro-Jê aos Kaingang e Tupi aos Guarani), não recebem atendimento adequado da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e contam com as ambulâncias e equipes fornecidas pelas prefeituras dos municípios onde se instalam.

Daí que surge uma das faces mais perversas da colonização intermitente: as elites políticas e agrárias regionais aproveitam as necessidades mais urgentes dos acampados não garantidas pelo governo federal, como saúde, moradia e saneamento, para a troca



Arenal/Guarani Mbyá - Acampamento na BR-392, município de Santa Maria. População: 50 indígenas. Aguarda GT da Funai.

do território de ocupação tradicional por áreas cedidas pelos municípios, dentro das cidades, bem como à exploração de dividendos eleitorais. As estratégias de resistência e afirmação dessas comunidades atendem há décadas as experiências vividas em tal contexto.

## A vida nos acampamentos

“De tanto tomar banho com o cavalo e beber a água dele, ficamos mais perto dele”. A frase do cacique Adão Silva Kairu, da aldeia indígena Kairu, município de Carazinho, permite entender o que ocorreu com os Kaingang, povo do cacique, que expulsos de suas terras passaram a viver de forma precária, dividindo a subsistência com os animais. Ainda assim aprenderam a reconstruir e reelaborar a própria história de acordo com o jeito de ser do povo.

O acampamento da comunidade Kairu está instalado às margens da BR-386, numa área de 1 hectare. O grupo reivindica 8 mil hectares, atualmente tomados por uma fá-





**Mato Preto/Guarani Mbyá - municípios de Erechim, Erechim e Getúlio Vargas. População: 60 indígenas. Aguarda Portaria Declaratória de identificação da Funai.**



**Capivari/Guarani Mbyá - Acampamento na RS-040, município de Capivari do Sul. População: 68 indígenas. Aguarda GT da Funai.**



**Lami/Guarani Mbyá - Acampamento às margens da rodovia no Bairro Lami-Poa. População: 48 indígenas. Aguarda GT da Funai.**



**Caçapava/Guarani Mbyá - Acampamento na BR-290, município de Caçapava do Sul. População: 80 indígenas. Relatório Circunstanciado publicado.**



**Arroio Divisa/Guarani Mbyá - Acampamento na BR-290, municípios de Eldorado do Sul e Arroio dos Ratos. População: 25 indígenas. Aguarda GT da Funai.**



**Petim/Guarani Mbyá - Acampamento em estrada vicinal da região de Porto Alegre. População: 30 indígenas.**

# indígenas no Rio Grande do Sul

brica de utensílios de plástico e o cemitério da cidade de Carazinho. A Funai iniciou o processo de demarcação do território, que se encontra na fase de construção do relatório. O acampamento foi erguido há pelo menos 10 anos.

As terras da região que compreende o município de Carazinho compunham a redução jesuítica de Santa Tereza, Província das Missões, e em 1637 foi destruída pelos bandeirantes paulistas. Da mesma forma ocorreu em outras áreas e reduções no Rio Grande do Sul. Portanto, o que era tomado por matas, árvores frutíferas, animais para caça e rios, além da presença dos indígenas, acabou: “As terras, redutos sagrados, foram transformados em fonte de renda, em capital especulativo através do plantio de grãos (soja, trigo, milho), através de grandes latifúndios (criação de gado e de grandes granjas da monocultura) e para a expansão imobiliária”<sup>(1)</sup>.

Mesmo com a terra destruída, os indígenas lutam de forma persistente pela ocupação dela. No acampamento Kairu, os Kaingang plantam em espaços diminutos roçados de mandioca e recebem cestas básicas da Funai, mas de forma inconstante. Às margens da rodovia, armam barracas e nelas deixam os artesanatos que fazem expostos aos usuários da estrada que eventualmente se interessam. Cestos, colares, réplicas do Cará (peixe tradicional na região), arcos e flechas: materiais confeccionados ali mesmo, sob as poucas árvores que fazem sombra

entre barracos de lona gasta, crianças correndo pelo curto espaço de terra e o trânsito desenfreado de carretas e carros da rodovia.

## Atropelamentos

Num dos trechos da BR-285 a comunidade Kaingang da Terra Indígena Mato Castelhana não esquece o dia em que uma criança correu para o meio da estrada atrás de uma bola. Um caminhão não teve condições de parar ao avistar o jovem indígena e o matou atropelado. Desde então redes foram instaladas entre o fim do acostamento e o início do terreiro do acampamento. Hoje elas servem também para balançar os gols do futebol dos meninos.

Cacique Dorvalino também não esquece a morte da criança. Era uma de suas alunas na escola instalada no acampamento. As terras pertencem ao Departamento Nacional de Infraestrutura em Transportes (DNIT) e a Funai, conforme o cacique, não quer demarcar a totalidade do território de ocupação tradicional apontado pelo Grupo de Trabalho de identificação do órgão – que iniciou os trabalhos em 2009 e até agora não os encerrou. Nas terras dos Kaingang de Mato Castelhana, a soja é o monocultivo que faz os fazendeiros se mobilizarem para não deixar a comunidade reocupar o que nunca deixou de ser dela.

“Daqui não saímos. Ninguém vai mudar a nossa ideia”, avisa cacique Dorvalino. Ele explica que vivem acampadas cerca de 45 famílias, sendo que a média é de três famí-

lias por casa – o espaço é insuficiente para todos, apesar dos indígenas permanecerem instalados nos dois lados da estrada. As moradias são de lona e madeira e ficam sob imensos pinheiros. Em dias de aula, as professoras costumam realizar atividades com alunos e alunas ao ar livre, enquanto jovens e adultos voltam de jornadas noturnas nos frigoríficos das proximidades.

Assim os acampamentos, com dinâmicas distintas, se dispersam pelas rodovias federais e estaduais do Rio Grande do Sul. Na maioria deles a Funai iniciou o processo de demarcação das terras, porém sem finalização do procedimento administrativo, que se arrastam, em média, por quatro, cinco anos. Com isso, os indígenas vivem em situações de risco social. Os Guarani de Mato Preto, por exemplo, vivem acampados às margens da rodovia e em um pequeno pedaço de terra rasgado por uma linha férrea. Ali vemos exatamente a compreensão dos Guarani sobre o vasto território que habitavam: apesar de devastado, seguem reivindicando a área.

## Santa Maria: uma cidade sobre a aldeia

Santa Maria está situada bem no centro do Rio Grande do Sul. Uma das maiores cidades do estado, os poucos mais de 1 milhão de habitantes convivem com a realidade latente de acampamentos indígenas, tanto dentro quanto em suas imediações. Natanael Claudino Guarani é um dos líderes do acampamento Arenal. Sete famílias viviam no local, contando com 50 indivíduos, sendo 25 crianças. Durante no ano de 2010, uma criança morreu sob o intenso frio das lonas puídas pelo tempo e pelo vento sulista.

Por decisão judicial, o Poder Público municipal foi obrigado, com o auxílio dos órgãos federais responsáveis, a encontrar um lugar provisório para instalar os indígenas enquanto aguardam a demarcação de suas

terras – emperradas como todas as outras. “A assistência de saúde é bem precária, ruim. Temos a educação escolar indígena diferenciada e agora esperamos ter uma escola de madeira para ensinar melhor nossas crianças”, destaca Claudino. Para ele, sair do acampamento à margem da rodovia não significa a vitória definitiva, mas ao menos uma forma de proteger mais a comunidade.

Vivendo dentro da cidade, a comunidade Kaingang de Arroio Cancela acampada a poucos metros da rodoviária, no bairro Nossa Senhora de Lourdes, não parece estar tão segura. Tiros já foram disparados contra os indígenas no final de 2010. Produzindo artesanatos e ilhados entre prédios e conjuntos comerciais, esperam pela Funai a demarcação do local como terra indígena: a ocupação da área justifica-se no fato do local ser de tradicional passagem de povos indígenas em comércio de produtos e artesanatos.

## Ampliação das rodovias

Entre plantações de arroz, cercas e a BR-290, a comunidade do acampamento de Arroio Divisa é o retrato do abandono dos órgãos federais e do governo do Rio Grande do Sul. Os Guarani Mbyá sobrevivem num pequeno pedaço de terra e bebem a água que escorre das plantações de arroz, tomadas por sujeiras e agrotóxico. Parte de suas moradias fica na tubulação do arroio que passa embaixo da estrada. Para completar a situação, o DNIT pretende ampliar a BR-290 e os indígenas correm o risco de serem desalojados das margens da estrada. Como deverá ser uma vida à margem da margem? ■

## Balanco do genocídio

Antes da colonização, viviam no estado do Rio Grande do Sul 23 povos indígenas totalizando centenas de milhares de indivíduos. Hoje em dia são 36 mil indígenas organizados em três etnias: Guarani, Kaingang e Charrua. No Brasil, eram mais de 900 povos com milhões de indivíduos, sendo que atualmente chegam a 817 mil indígenas distribuídos em 240 povos.

<sup>(1)</sup> LIEBGOTT, Roberto Antonio. Os Direitos Humanos dos Povos Indígenas: os povos Guarani, Kaingang e Charrua e a contínua luta pela garantia de seus direitos. Relatório Azul – Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Porto Alegre. Porto Alegre: p. 290, 2011.



# Fazendeiros invasores armam resistência em terra Xavante

Gabriel Moreira\*  
do Rio de Janeiro

**A** Terra Indígena Marãiwatsédé, homologada em 1998 pela Presidência da República, foi ocupada por manifestantes que bloquearam o acesso à cidade de São Félix do Araguaia na localidade conhecida como Posto da Mata. Eles cavaram uma trincheira na estrada e queimaram pontes em outras vias de acesso à região em ato desesperado diante da sua iminente desintrusão. A retirada dos invasores de dentro da terra indígena é pleiteada pelo povo Xavante desde 1992.

Latifundiários têm financiado o transporte e a permanência de outros Xavante que vivem na Terra Indígena Parabubure, no município de Campinópolis (460 km de distância de Marãiwatsédé) no Posto da Mata, engrossando o número de manifestantes. De acordo com denúncia da comunidade indígena Xavante residente em Marãiwatsédé, protocolada em 2011 no Ministério Público Federal de Mato Grosso, o advogado Luiz Alfredo Abreu tem oferecido dinheiro aos indígenas Xavante de outras regiões para aceitar, em nome dos que vivem em Marãiwatsédé, a transferência dos índios para o Parque Estadual do Araguaia. Ele representa o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Suiá Missu, Renato Teodoro, e é irmão da senadora Kátia Abreu (PSD-TO), uma das principais lideranças da Frente Parlamentar de Agropecuária, a Bancada Ruralista. A reportagem tentou ouvir o advogado, mas ele não respondeu ao recado deixado em seu celular.

A transferência foi estipulada na lei estadual 9.564 de junho de 2011, considerada inconstitucional pelo governo federal. A lei foi elaborada pelo presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso,

José Riva (PSD) e pelo deputado estadual Adalto de Freitas (PMDB), e sancionada pelo governador Silval Barbosa (PMDB), que na época declarou a todos os jornais que esta era “uma solução pacífica para o conflito em Marãiwatsédé”.

A solução proposta prevê a retirada pela segunda vez os Xavante de seu território tradicional, de onde foram forçados a sair em 1966 em aviões da FAB, pelo governo militar, possibilitando, assim, a colonização da Amazônia mato-grossense pelo empresário Ariosto da Riva. Na época, o território foi transformado em um latifúndio considerado um dos maiores do mundo, a Fazenda Suiá Missu, vendida posteriormente à empresa italiana Agip Petrolí, que por pressão internacional devolveu verbalmente a área aos Xavante em meio aos holofotes da Eco 92. A saída “pacífica” do governo de Mato Grosso, de quebra, permite ainda a continuidade de todas as atividades ilegais que já devastaram, desde 1992, cerca de 90% da terra indígena, tornando-a líder de desmatamento na Amazônia brasileira.

## Soja Pirata

As fazendas de soja em Marãiwatsédé já foram diversas vezes alvo de embargos do Ibama, como na Operação Soja Pirata e na Operação Pluma. Mas, apesar disso, continuam produzindo e vendendo impunemente o grão. Entre os compradores de gado das fazendas que existem no interior de Marãiwatsédé estão alguns dos principais frigoríficos do país.

Em 1992, Marãiwatsédé estava desocupada e ainda preservada, uma vez que os indígenas permaneciam exilados em outras áreas, como na Missão Salesiana São Marcos. Em 20 anos, fazendeiros e políticos locais, com apoio do governo de Mato Grosso, orquestraram um leilão das terras aos primeiros rumores de que

Fotos: Aníbal/Oni



Estadual do Araguaia. Uma vez que este documento não representa a vontade da comunidade Xavante que vive e luta por Marãiwatsédé há 46 anos, e está baseado em uma lei inconstitucional, a Justiça manteve a decisão de retirar os invasores, sem que eles tenham qualquer direito à indenização, uma vez que entraram de má fé na terra indígena.

## Xavantes x Xavantes

Aliciados pelos fazendeiros em sua estratégia de jogar índios contra índios, já que a guerra judicial foi perdida, os Xavante de outras áreas estão recebendo todo o tipo de facilidade financeira para pressionar a Justiça e o Executivo, em Brasília, na tentativa de reverter a decisão de retirada dos invasores.

Eles tentam também tentar desqualificar a liderança histórica do cacique Damião Paridzané, que sofre para representar os interesses da comunidade de Marãiwatsédé por melhores condições de saúde, educação e territorialidade há décadas. Damião retornou do Rio de Janeiro com uma comitiva de 12 guerreiros de Marãiwatsédé, onde apresentaram carta à presidente Dilma Rousseff para a presidente da Funai, Marta Azevedo, para o ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para o Secretário de Articulação Social do governo federal, Paulo Maldos. Eles garantiram que o plano de desintrusão deverá sair imediatamente, pois não há mais razões para demoras. Em outro evento durante a Cúpula dos Povos, o assessor da presidência da Funai, Aluizio Azanha, informou que a retirada dos fazendeiros começará pelos maiores latifundiários em 30 dias.

De acordo com a Funai, os Xavante formam hoje a segunda maior população de indígenas do país, com cerca de 18 mil pessoas. Existem comunidades Xavante em 9 terras indígenas regularizadas: Parabubure, São Marcos, Areões, Ubawawe, Chão Preto, Marechal Rondon, Pimentel Barbosa, Sangradouro, além de Marãiwatsédé, fora outras cinco áreas em estudo.

A tensão segue crescente em Marãiwatsédé. O fazendeiro Sebastião Prado chegou a afirmar em entrevista a jornais locais que o movimento de resistência não é pacífico. O cacique Damião já recebeu novas ameaças. Não há efetivo suficiente do governo federal para garantir a segurança dos cerca de 900 Xavante de Marãiwatsédé, que se protegem em sua aldeia. ■

## Bebê Xavante morre de desnutrição em Marãiwatsédé

Andréia Fanzeres\*  
do Rio de Janeiro

**O**s Xavante de Marãiwatsédé registraram mais uma criança morta: um bebê de 10 meses faleceu por desnutrição na aldeia, no nordeste do Mato Grosso. Esta é a segunda morte em dois meses. As crianças, junto com os idosos, são os mais vulneráveis às deficiências na atenção à saúde indígena.

Das cerca de 200 crianças de zero a cinco anos que vivem hoje em Marãiwatsédé, mais da metade sofre de desnutrição. Esta é uma triste consequência da gravíssima situação de insegurança alimentar, vivida pelo povo Xavante. “Quando

um paciente sai da aldeia, não tem apoio para alimentação também. Isso não acontece só em Marãiwatsédé. É uma situação de abandono dos povos indígenas. Quando isso vai melhorar?”, questiona o cacique Damião Paridzané.

Por causa do seu território invadido, os indígenas são ameaçados e impedidos de usufruir dos poucos recursos florestais restantes nos 165 mil hectares homologados pela União desde 1988. Por outro lado, a devastação da área fez com que a caça desaparecesse e que o recurso pesqueiro diminuísse. Ocupando uma área devastada pela ocupação ilegal, o cultivo tradicional fica muito prejudicado.

\*Andréia Fanzeres é jornalista da Operação Amazônia Nativa (Opan).

\*Jornalista, escreveu a matéria para a Repórter Brasil.

O fazendeiro Sebastião Prado chegou a afirmar em entrevista a jornais locais que o movimento de resistência não é pacífico. O cacique Damião já recebeu novas ameaças, mas afirma que seu povo não desistirá de Marãiwatsédé



# Xakriabá de Minas Gerais e da Bahia enfrentam fazendeiros por ocupação de territórios

*Cimi Regional Leste*

**D**enúncias oferecidas ao Ministério Público Federal (MPF), feita por missionários da Diocese de Bom Jesus da Lapa, município de Cocos, Bahia, dão conta de que fazendeiros emitiram escritura de 25 hectares de terras às famílias Xakriabá da comunidade de Porcos para descaracterizar a luta dos indígenas pela terra como território de ocupação tradicional.

De acordo com ofício protocolado junto ao MPF de Barreiras (BA), os indígenas teriam adquirido a terra a partir de compra. “Entendemos que esta ação tem o objetivo de acomodar a luta desse povo pela efetivação de seus direitos e desta forma negar a identidade étnica da comunidade”, afirma na denúncia padre Albanir da Mata Souza.

Os fazendeiros, com isso, tentam enquadrar os Xakriabá como pequenos produtores, posseiros ou agregados às fazendas para desvirtuar a luta pelo território em sua totalidade. As famílias tendem a aceitar a proposta, pois estão expostos às vulnerabilidades típicas de indígenas apartados de suas terras – violência variada, fome, falta de escolas e postos de saúde.

Em solidariedade aos parentes, jovens Xakriabá do norte de Minas Gerais exigiram em carta/denúncia do II Encontro de Jovens Tradicionais a imediata demarcação das terras de ocupação tradicional em Cocos. Porém, muito mais foi denunciado e reivindicado pela carta. Abaixo, integra da carta.



**Domingas Xakriabá, umas das lideranças jovens do povo que exigem providências contra ameaças de morte sofridas pelo cacique do povo. Os Xakriabá já foram vítimas de massacres e mortes de lideranças, caso de Rosalino Gomes**

## CARTA DENÚNCIA DOS JOVENS INDÍGENAS XAKRIABÁ

**N**ós, jovens indígenas do Povo Xakriabá, estivemos reunidos nos dias 11 e 12 de Maio de 2012 na Aldeia Morro Vermelho, Território do Povo Xakriabá, município de São João das Missões, Minas Gerais, para realizar o II Encontro de Jovens Tradicionais sob o tema: *Vivendo a diferença para fazer diferente*.

Durantes estes dois dias, tratamos de assuntos como: o papel dos jovens diante da luta pela garantia dos direitos; movimento de jovens: desafios e perspectivas para a continuidade da articulação; tecnologia x tradicionalidade; terra, território e tradição: o processo de luta pelos territórios frente aos interesses do capital, motivado pelo assessor jurídico André do Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM).

Após esses dois dias de profundas e ricas reflexões constatamos, pelos encaminhamentos tirados, a difícil situação vivenciada por nós jovens indígenas e quilombolas na atual conjuntura política que o governo federal e seus poderes, principalmente o Executivo, têm direcionado a nós, comunidades tradicionais, projetos cujo o único objetivo é de extinção e extermínio.

Dessa maneira, apresentamos os seguintes pontos:

- ◆ Denunciamos e repudiamos a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que nada mais é do que uma decisão flagrantemente inconstitucional, e que além de violar uma cláusula pétrea da Constituição, que é de separação dos poderes, vem usurpar do Poder Executivo a prerrogativa de demarcar e homologar nossos territórios;

- ◆ Denunciamos e repudiamos a criminalização das nossas lideranças indígenas, as diversas invasões ao nosso território, mesmo com liminar de manutenção de posse delas em favor dos povos;
- ◆ Denunciamos e repudiamos as várias emboscadas feitas ao nosso cacique Santo Caetano Barbosa, além das ameaças de morte feitas aos nossos parentes dentro do território;
- ◆ Denunciamos e repudiamos a omissão do Estado sobre as denúncias de violação dos direitos humanos dos povos indígenas e quilombolas, em especial o direito à vida, à liberdade, à alteridade, à autodeterminação e aos territórios tradicionais;
- ◆ Denunciamos, repudiamos e solicitamos providências sobre a postura e as práticas da Secretária de Saúde Indígena (Sesai), que tem sido omissa em e causado transtornos em nossas vidas, prejudicando a situação da saúde em nosso território;
- ◆ Denunciamos e repudiamos o sucateamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), no qual os dirigentes do governo federal vêm retirando sistematicamente os poucos recursos ainda existentes, impedindo que o órgão possa de fato fazer seu trabalho com os indígenas;
- ◆ Denunciamos e repudiamos a negação de direitos aos nossos irmãos quilombolas, que há séculos sofrem com as injustiças e o racismo; mesmo passados mais de 120 anos da abolição da escravatura, essas comunidades ainda enfrentam grandes dificuldades e precisam a todo o tempo lutar pela garantia de seus direitos;

- ◆ Denunciamos e repudiamos a ADIN 3239, de relatoria do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso, que foi inicialmente proposta em 2004 pelo Democratas (DEM), questionando o conteúdo do Decreto e alega que o mesmo é inconstitucional. Entendemos essa ação como um grande retrocesso na luta por direitos neste país;

- ◆ Denunciamos e repudiamos a difícil situação vivida pelos nossos parentes Xakriabá de Cocos, na Bahia, que vivem encurralados e ameaçados por grandes fazendeiros, desmatamento do Cerrado em seus territórios e projetos de barragens;

Mesmo diante desta triste conjuntura apresentada por nós, jovens indígenas do povo Xakriabá e quilombolas do norte de Minas, reafirmamos o compromisso com nossas crenças, costumes e povos. Reafirmamos nossa confiança no Estado Democrático de Direito e que, apesar de séculos de omissão, continuamos acreditando que o Estado brasileiro possa reparar os erros históricos cometidos no passado e no presente contra esses dois povos que construíram a nação.

Sobretudo, acreditamos na efetivação dos direitos constitucionais, entre os quais o de ser diferente e viver de forma diferenciada, além do direito aos territórios e à proteção social que nos cabe e que é garantida na carta magna deste país.

**Jovens indígenas do Povo Xakriabá**  
São João das Missões,  
Minas Gerais, 12 de Maio de 2012



## POVOS INDÍGENAS DO ACRE

### Mentiras históricas e história das mentiras

**Lindomar Dias Padilha**

*Coord. do Cimi Regional Amazônia Ocidental*

**L**ocalizar os povos indígenas do Acre me parece tarefa fundamental e primeira para que o leitor possa mais facilmente entender de “quem” e de “quando” estamos falando. São os seguintes, divididos por família linguística: Pano (Poyanawa, Nukini, Jaminawa, Kaxinawa – ou Huni kuĩ -, Shanenawa, Yawanawa, Katukina, Jaminawa Arara, Kaxarari, Arara, Apolima-Arara, Nawa e Kontanawa ou Kuntanawa); Aruák (Ashaninka, Măxineri e Apurinã; Arawá (Jamamadi e Madjá – ou Kulina -, não mencionados os povos que se encontram isolados e nem os Kanamari do Baixo Juruá. Todos, porém, habitantes da região denominada de Amazônia Ocidental.

O território desses povos compreende todo o estado do Acre e a parte sul do estado do Amazonas (região de Boca do Acre e Pauini) e noroeste do estado de Rondônia (Extrema - distrito de Porto Velho). Os povos indígenas da região foram contatados a partir do fim do século 19. Primeiro, foram obrigados a trabalhar nas frentes extrativistas e depois transformados em seringueiros, barranqueiros, diaristas, mateiros, varejadores, caçadores nas fazendas agropecuárias e peões. Dessa forma, a situação destes povos só pode ser entendida dentro dos projetos e realizações da sociedade não indígena influente na região que primeiro se apropriou de seus territórios e depois de sua própria força de trabalho.

A partir da década de 1970, com a chegada de organizações indigenistas e inclusive da Funai que, sob pressão, instala uma ‘ajudância’, em 1976, inicia-se um processo de tomada de consciência dos direitos indígenas, apesar da falta de vontade do governo brasileiro, especialmente do direito sobre seus territórios e o usufruto exclusivo sobre eles. Por se tratar de lutas mais amplas por direitos e liberdades, a questão indígena é inserida nos debates e articulações junto aos mais diversos movimentos: Comunidades Eclesiais de Base, seringueiros, ribeirinhos e camponeses por meio especialmente dos sindicatos. Os

povos indígenas se articulam ainda em movimentos próprios. As lutas comuns e a busca de unidade perpassam toda a década de 1980 e se canalizam para a Constituinte, onde se manifesta de forma mais expressiva.

As demarcações de terras indígenas tiveram relativo avanço neste período, mas ainda insuficiente e, quase sempre, deixando de fora do território faixas de terra essenciais à reprodução física e especialmente cultural dos povos, como lugares sagrados e de vegetação endêmica ou ainda deixando de fora cabeceiras e nascentes de rios e igarapés. Com a abertura política e o neoliberalismo dos anos 1990, o movimento indígena e parte das organizações de apoio perdem, no início e parcialmente, as formas clássicas de mobilização. As estratégias do capitalismo começam a, mais uma vez, minar os focos de resistência sob uma suposta superação dos embates e o fim da necessidade das lutas. É como se anunciassem o fim da história.

A partir desta compreensão que os povos indígenas do Acre, compreendidos na região já mencionada, sofrem um brutal enfraquecimento das lutas e mobilizações - inclusive na relação com outros seguimentos, como os seringueiros, naquilo que havia ficado conhecido como articulação dos povos da floresta. Aparece então, como discurso do indigenismo oficial uma divisão do tempo, distribuído assim: tempo das malocas; tempo das correrias; tempo do cativo e tempo dos direitos, até os dias de hoje. “Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngues, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena”, adaptado de Índios no Acre - História e Organização (CPI/AC, 2002).

Essa divisão da história tem por finalidade justamente neutralizar as mobilizações e as lutas por direitos. Se no tempo do direito todos os direitos já foram conquistados, então por que lutar? No tempo dos direitos chegam mesmo a anunciar o “tempo do governo

Fotos: Renato Santana



dos índios” que corresponde justamente à ascensão de um grupo político, resultante de uma frente de partidos liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) - conhecida como Frente Popular do Acre (FPA) - que inaugura com a eleição de Jorge Viana para governador, em 1999, o que chamaram de Florestania sob o slogan “Governo da Floresta”, que permanece até hoje. O chamado tempo dos direitos vem justamente para negar direitos aos povos indígenas e desarticular suas formas de lutas.

Longe de estarmos no tempo dos direitos e menos ainda do tempo do governo dos índios, os povos indígenas continuam marginalizados e desrespeitados em todas as formas, o que passaremos a demonstrar agora numa análise rápida da atual situação no que se refere a direitos essenciais e básicos como saúde, movimento indígena, terra e usufruto.

#### Saúde e movimento indígena

Durante a década de 1990, o movimento indígena no Acre ganha mais visibilidade e passa a ter uma importante participação na política partidária. Com a ascensão da FPA o movimento indígena se sente mais próximo do poder e muitas vezes no próprio poder, já que o então governador Jorge Viana cria a Secretaria Especial dos Povos Indígenas (Sepi), cujo secretário escolhido foi Francisco Pinhanta, do povo Ashaninka do Rio Amônia. A Sepi aparece como substituta do movimento indígena e se torna o braço do governo nas aldeias. A dita aproximação com o poder traz ainda uma maior facilidade de acesso a recursos públicos estaduais e federais. Tudo dentro do novo conceito de “gestão”.

A União das Nações Indígenas do Acre (UNI/AC) assume um importante papel. Entretanto, a sedução levou a UNI/AC a firmar convênio, em 2000, com a Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

para a execução das ações dos dois Distritos de Saúde Especial Indígena (DSEI) - Alto Juruá e Alto Purus. Essa atitude marcaria profundamente os rumos do movimento indígena no Acre e levaria ao colapso tanto a UNI/AC quanto as demais organizações e, principalmente, levaria os povos indígenas a perderem o controle social.

Assumindo o papel de gestora dos serviços, a UNI/AC se distancia das discussões nas comunidades, tem todo o seu tempo voltado quase que exclusivamente para a gestão e deixa de fazer política e apresentar propostas. Por outro lado, a Funasa se vê livre para praticar seus desmandos e acusar os indígenas de ineficientes. A Funasa, ainda em 2004, se recusa a renovar o convênio com a UNI/AC, alegando problemas administrativos e má utilização de recursos. Sem condições gerenciais, políticas e administrativas, a UNI/AC é oficialmente extinta em 2005. O fim da UNI/AC deixa um enorme vazio na política indigenista como um todo e principalmente na política de atenção à saúde, terra e educação.

Há uma grande perplexidade sobre os caminhos a serem percorridos e em relação ao movimento indígena. Passa a ser urgente a criação de novos espaços para reflexão. Mas, esses espaços são negados e obscurecidos por força da ação político-partidária, que ainda atua de maneira decisiva e controla os recursos destinados à saúde e aos demais setores da vida indígena. O que se vê é um verdadeiro “proselitismo”. A Sepi, que já no governo de Binho Marques passou a ser apenas uma assessoria indígena, deveria viabilizar a presença indígena nos espaços de decisão e fiscalização, mas na verdade funciona como um anteparo, impedindo que os índios tenham acesso às decisões políticas sobre eles.

Em 2011, cerca de 300 representantes dos mais diversos povos, liderados pela Federação Huni kuĩ, acamparam na sede da Funasa, agora Secretaria





### Demarcação de terras e REDD

Desde 2000, todos os processos de demarcação de terra indígena no Acre estão paralisados. Três terras indígenas, a dos Nawá, a dos Apolima-Arara e a dos Kuntanawá são questionadas na Justiça. Apenas a terra dos Apolima-Arara tem o processo avançado por causa de uma determinação da própria Justiça. Portanto, a única terra indígena cujo processo de demarcação não foi paralisado nestes anos todos foi a dos Apolima-Arara - mesmo assim, a terra ainda é questionada e se encontra totalmente invadida por não-índios.

Se somarmos as terras indígenas a serem identificadas com as sem nenhuma providência, teremos o assustador número de pelo menos 18 terras a serem demarcadas (ver quadro). É nesse contexto que aparece a nova forma de usurpar os direitos dos povos indígenas: Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), REDD, mercado de carbono.

A face mais cruel dessa triste realidade de indígenas sem terra em plena Amazônia é manifesta no total abandono do povo Jaminawa que, sem ter terra e nem para onde ir, fica em grande número vagando pelas ruas das cidades, especialmente em Rio Branco e Sena Madureira. Os Jaminawa são um povo composto por pelo menos quatro povos e são tratados pelo poder público como resto, escória da sociedade. Vivem acampados às margens dos rios e periferia das cidades em situação desumana. O governo sempre realiza uma "operação limpeza", quando junta os

índigenas que estão principalmente na cidade de Rio Branco e os leva, segundo o Poder Público, para "suas terras". Com isso, a única coisa que o governo consegue é aprofundar a ideia de que os índios estão nas cidades porque são preguiçosos e não querem trabalhar a terra.

"Desde o início de 2004, a Funai prometeu mandar um GT para fazer a identificação da terra e até agora nada aconteceu", diz a liderança José Correia Jaminawa. É nesta triste realidade que o governo do Estado e suas ONGs, sob pretexto de formar os indígenas para serem gestores, estão entrando nas aldeias com a mais nova forma de se apropriar dos bens de usufruto exclusivo dos índios, sejam eles materiais ou imateriais. A arma agora são os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), especialmente o REDD. Chega a ser vergonhosa a forma como essas ONGs e governo atuam.

Primeiro, cuidaram para que nenhuma nova terra fosse demarcada. Depois, fizeram um minucioso levantamento das potencialidades existentes nas terras já demarcadas ou em processo, por meio do que chamaram de etnozoneamento e, por fim, apresentam aos povos indígenas, como única forma de remissão, os contratos de venda de carbono. Para isso o governo estadual cuidou de aprovar a lei 2.308/2010 e as ONGs iniciaram uma série de "oficinas" com algumas lideranças indígenas a fim de fazê-las acreditar que os tais contratos significam uma espécie de "carta de alforria".

"Com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a relação com a natureza passa a ser mercantilista, ou seja, os princípios de respeito do ser humano para com a natureza passam a ter valor de mercado e medidos nas bolsas de valores. O dinheiro resolve tudo, paga tudo. Ao aceitarem fazer contratos de REDD, as comunidades indígenas obrigam-se a ceder suas florestas por 30 anos, não podendo mais utilizá-las, sob pena de serem criminalizadas. É o "pagador" quem vai definir o que o "recebedor" pode ou não fazer; ficam subordinadas às grandes empresas transnacionais e governos internacionais. Esses "contratos de carbono" ferem a Constituição Federal, que garante aos povos indígenas o usufruto exclusivo do seu território. O povo perde a autonomia na gestão de seu território, em troca de ter os recursos naturais integrados ao mercado internacional", diz trecho de nota pública divulgada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em fevereiro de 2012.

Talvez a maior contribuição dos povos indígenas para a humanidade em geral seja justamente não se inserir cegamente no mercado e isto está gravemente ameaçado com o modelo defendido pelo governo do Acre, expresso claramente na inconstitucional lei 2.308/2010. ■

*Na Terra Indígena Alto Purus, Acre, os povos Madjá e Huni Kui vivem sob a inoperância da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai): 24 crianças morreram de diarreia e vômito sem atendimento médico.*

Especial de Saúde Indígena (Sesai), em Rio Branco, e lá permaneceram por nove meses. Os indígenas denunciavam as péssimas condições de saúde vividas nas comunidades e o desvio de verbas destinadas à saúde indígena. Mesmo com uma ocupação tão longa, os indígenas não conseguiram avançar em suas reivindicações.

Seguindo nos esforços de serem ouvidos, os próprios indígenas realizaram o I Seminário de Saúde Indígena do Acre, entre 8 e 12 de agosto de 2011, mantido com recursos próprios e sem nenhum apoio público. Deste fórum saiu um documento chamado Carta dos Povos Indígenas, cujo resultado até agora não foi visto. Entre dezembro do ano passado e janeiro de 2012, ocorreram 22 mortes

de crianças indígenas com menos de cinco anos de idade nas aldeias dos povos Madjá (Kulina) e Huni kuí (Kaxinawa) da Terra Indígena Alto Purus, município de Santa Rosa do Purus.

Todas as vítimas morreram de diarreia e, principalmente, do descaso das autoridades. Em viagem realizada às aldeias constatamos que o descaso é tamanho que os indígenas não dispõem sequer de água potável. A Secretaria de Estado de Saúde, por meio do Pró-Acre, distribuiu cerca de 180 filtros, mas com problemas de instalação que não iriam garantir a água filtrada. Isso é mais uma prova de que os indígenas não têm valor neste grande mercado, ou vitrine, que é o Acre. Na educação, por falta de fiscalização, os desmandos são semelhantes.



## SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DO ACRE – DEZ/2011

Situação das T. Indígenas no Acre						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
25 terras	00 terra	01 terras	01 terra	07 terras	04	38 terras
Situação das T. Indígenas no sul do Amazonas (Boca do Acre) e noroeste de Rondônia						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
06 terras	00 terra	00 terra	00 terra	07 terras	01	14 terras
Situação das T. Indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia (Boca do Acre e Extrema)						
Registradas	Homologadas	Declaradas	Reservas/Dominiais	A Identificar	Sem providencias	Total
31 terras	00 terra	01 terras	01 terra	14 terras	04	51 terras

OBS: Os isolados do Parque Nacional da Serra do Divisor não aparecem nessa lista por falta de relatório atualizado.

\* São as que cumpriram todo o ritual previsto no decreto 1775/96, cuja última etapa é justamente o registro no patrimônio da União.

\*\* São as terras que obtiveram a homologação através da assinatura do presidente da República.

\*\*\* São as que receberam a portaria declaratória publicada pelo Ministro da Justiça.

\*\*\*\* São as terras ocupadas por indígenas, mas que não são consideradas de ocupação tradicional.





**Durante cerimônia, Sônia Guajajara leu manifesto indígena censurado previamente pelo ministro Gilberto Carvalho. Porém, fez a presidenta Dilma assinar o recebimento do documento não 'canetado' por Carvalho**

# Dilma assina PNGATI, homologa terras e decreta unidade de conservação sobre território Pataxó

**Renato Santana**  
de Brasília

**D**urante cerimônia do Dia Mundial do Meio Ambiente no Palácio do Planalto, em Brasília no dia 5 de junho, a presidenta Dilma Rousseff homologou sete terras indígenas, assinou o decreto da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e anunciou a criação de um comitê interministerial para a execução de medidas envolvendo a política de saúde indígena.

O pacote considerado tímido e com ausências importantes, como definições sobre as terras indígenas do Mato Grosso do Sul, estado de acentuados conflitos, reservou ainda uma surpresa: Dilma assinou decreto de criação e ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, em Padro, extremo sul da Bahia. Porém, não levou em consideração que se trata de território indígena reivindicado pelo povo Pataxó.

"Já faz muito tempo que reivindicamos. Ficamos surpresos, sem palavras. Não esperávamos isso, mas daqui não saímos", disse a liderança José Fragoso Pataxó. Há cerca de dois meses, o

Grupo de Trabalho (GT) da Funai encerrou os estudos de campo para identificação do território.

Conforme o decreto de Dilma, o Parque Nacional do Descobrimento ganhou mais 1.549 hectares e tornou-se unidade de conservação com 22.678 hectares. Dentro da área estão instaladas cinco aldeias Pataxó: Pequy, Tibá, Cahy, Monte Dourado e Alegria Nova.

Desde 2003 os Pataxó reivindicam cerca de 22 mil hectares incidentes no Parque Nacional. Em caso de sobreposição, prevalece a área indígena, de acordo com a Constituição Federal. A própria Secretaria Geral da Presidência da República media comissão entre indígenas Pataxó, Funai, Ibama, Inkra e ICMBio.

"O governo federal sabia disso. Fomos para Brasília conversar com o Ibama e Funai, que criou Grupo de Trabalho. Tinha até gente da presidência envolvido no assunto. Como podem fazer isso?", questiona José Fragoso, que mora na aldeia Tidar.

No extremo sul baiano, o Parque Nacional Monte Pascoal também incide sobre área Pataxó, mas as tratativas para a transferência da área indígena estão adiantadas. Um grupo de lideranças Pataxó esteve em

Brasília no último mês de abril e reivindicou a demarcação da terra indígena do Parque Nacional do Descobrimento.

### Terras homologadas

Em abril deste ano, Dilma mandou de volta para o Ministério da Justiça seis terras indígenas prontas para serem homologadas. A alegação é de que os processos não tinham passado pelo gabinete do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Outras quatro seguiram nas mãos da presidenta.

Destas dez terras indígenas, Dilma homologou nos holofotes do Dia Mundial do Meio Ambiente apenas cinco: três no estado do Amazonas (Santa Cruz da Nova Aliança, Matintin e Tenharim Marmelos), uma no Pará (Xipayá) e uma no Acre (Riozinho do Alto Envira). A conta de sete é fechada com outras duas terras no Amazonas (Lago do Marinheiro e Porto Limoeiro).

As outras cinco terras preteridas por Dilma em abril seguem sem definição e à mercê dos interesses privados. São elas: Rio Gregório, no Acre, Rio dos Índios, no Rio Grande do Sul, Taboca, no Amazonas, Cacique Fontoura, no Mato Grosso, e Toldo Imbu, em Santa Catarina. ■

## Guarani Kaiowá é alvo de ameaças no Mato Grosso do Sul

**Por Luana Luizy,**  
de Brasília (DF)

**M**eses antes do desaparecimento do cacique Nísio Gomes, depois de alvejado por pistoleiros que invadiram o tekoha Guaiviry, no Mato Grosso do Sul, em 18 de novembro do ano passado, ameaças de morte e ataques foram registrados contra o povo Guarani Kaiowá. O clima de tensão se intensificou até o trágico ápice de um crime ainda impune. A história corre o risco de se repetir, mais uma vez, caso as autoridades não se movimentem.

Otoniel Ricardo Guarani Kaiowá, do tekoha Te'yikue Caarapó, sul do estado, passou a sofrer ameaças de morte constantes nos últimos meses. Desde 2009 o indígena é perseguido por chantagens contra a sua vida. Ao todo constam cinco ameaças de morte e o clima de tensão é crescente. Com receio de um possível ataque, Otoniel pediu ajuda ao Ministério Público Federal (MPF) e registrou boletim de ocorrência.

"Um indígena da nossa aldeia Te'yikue ouviu uma conversa em que duas pessoas solicitavam o meu assassinato por 30 mil reais. Por eu ser uma liderança de forte representatividade e pela minha postura de denúncia sobre a violência sofrida por meu povo, acabo sendo alvo de ataques", observa Otoniel.

Violações de direitos e negligência quanto a demarcação de terras por parte do governo federal têm contribuído para a violência contra os povos indígenas no em Mato Grosso do Sul. Em abril deste ano, organizações indígenas e indigenistas solicitaram à Organização das Nações Unidas (ONU) intervenção junto ao governo brasileiro frente às graves violações de direitos humanos envolvendo os povos indígenas no país.

Entre 2003 e 2010, período que abrange o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, pode-se verificar o agravamento progressivo da violência sofrida pelos indígenas do Mato Grosso do Sul. Foram 250 mortes, de acordo com relatório publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), no final do ano passado. Os pistoleiros e capangas de fazendeiros não se incomodam nem quando o alvo de cobiça são terras demarcadas, caso do tekoha Te'yikue, onde vive Otoniel.

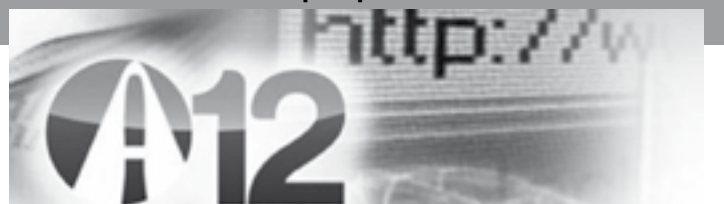
"Mesmo com intimação aos fazendeiros pela polícia, as ameaças não param, pois chega na hora de depor e eles negam tudo. Fica impune. A sensação é que eles podem tudo. Não sabemos quem está na nossa procura e isso virou rotina. O governo do estado também tem incentivado os fazendeiros a se armarem contra os indígenas", lamenta Lindomar Terena, também sistematicamente ameaçado.

Casos de tráfico de drogas por parte dos 'brancos' nas aldeias também foram constados. "Os brancos usam a comunidade indígena para traficar, mas a gente combate muito isso", afirma Otoniel. Um encontro sobre a questão fundiária na região será realizado entre 1º e 3 de junho. Participam do encontro o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União, a Funai e as comunidades indígenas. Um documento será elaborado com as conclusões do encontro. ■

## Ouçã o Potyrõ

Todos os **sábados e domingos**, às **12h35**,  
dentro do Programa Caminhos da Fé, na **rádio Aparecida**.  
**820 kHz**  
A transmissão é para todo o Brasil.

Também estamos on line pelo portal [www.a12.com](http://www.a12.com)





# Empresa deixará de comprar cana cultivada em terras indígenas

Survival International  
de Londres, Inglaterra

Uma companhia de biocombustíveis estabelecida pela Shell no Brasil descartou polêmico plano de comprar cana de açúcar de terras roubadas dos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, depois de campanha feita pelos indígenas e a Survival International. A companhia, Raízen, foi estabelecida em 2010 como um empreendimento conjunto da Shell e da

gigante empresa brasileira de etanol, Cosan, para produzir biocombustíveis provenientes de cana de açúcar.

No entanto, parte dessa cana de açúcar é cultivada em terras reivindicadas pelos Guarani Kaiowá, um dos povos indígenas mais perseguidos e empobrecidos da América do Sul. Seus líderes são frequentemente mortos por pistoleiros empregados por produtores de cana e criadores de gado, os quais têm ocupado quase todo o território dos indígenas.



O avanço também significa que a empresa Raízen consultará a Fundação Nacional do Índio (Funai) para evitar investimento ou expansão em áreas de conflito que poderiam ser reconhecidas como terras indígenas no futuro. Índios Guarani Kaiowá vêm protestando contra as atividades da empresa Raízen em suas terras.

A comunidade de Valdelice Veron Guarani Kaiowá é diretamente afetada.

Os indígenas declaram que rios têm sido poluídos por pesticidas usadas nas plantações. Valdelice, que teve o marido assassinado por pistoleiros, afirma: "Agora nós poderemos tomar água de nossas terras de novo. Nós poderemos recomeçar novamente".

A Raízen pretende cessar a compra de cana de açúcar de terras declaradas como indígenas até o próximo mês de novembro. ■

A cana de açúcar é cultivada em terras reivindicadas pelos Guarani Kaiowá, um dos povos indígenas mais perseguidos e empobrecidos da América do Sul

## Cimi recebe prêmio de Direitos Humanos pelos 40 anos de luta

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) recebeu durante o XVII Encontro do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos (MNDH) o Prêmio Nacional de Direitos Humanos pelos seus 40 anos de atuação junto aos povos indígenas do Brasil.

Durante a premiação, foi destacado o trabalho da organização junto aos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, caso dos Guarani Kaiowá e a experiência exitosa desse povo com a organização nas Aty-Guasú - grandes assembleias que reúnem lideranças políticas, religiosas, mulheres e juventude.

A indicação ao prêmio foi feita pelo regional do MNDH no Centro Oeste, que abrange os estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Mato Grosso. O secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, expressou agradecimentos pelo prêmio, ao mesmo tempo em que se disse ser uma honra dedicá-lo à luta dos Guarani Kaiowá, que resistem pela recuperação, defesa e garantia de seus territórios, assim como todos os povos indígenas do país.

A cerimônia de entrega foi realizada entre os dias 7 e 8 de junho, em São Bernardo do Campo (SP), cujo tema era: "MNDH - 30 anos de luta por direitos humanos, pela vida contra a violência". ■

## Resenha

# Os Fulni-ô: múltiplos olhares e abordagens

Edson Silva\*

Apensarem sobre os índios muitas pessoas ainda precisam superar suas visões exóticas para abordagens críticas, aprofundadas sobre a história, as sociodiversidades indígenas e as relações dos povos com a sociedade. E além do mais, quando se trata de povos como os Fulni-ô, falantes do Yaathé e do Português, tratamos do único povo bilíngue no Nordeste (excetuando o Maranhão), que vivem em Águas Belas, Agreste pernambucano, a cerca de 300 km do Recife.

Essa coletânea composta por sete artigos é completada com uma relação bibliográfica comentada sobre os Fulni-ô e trazendo ainda em anexo vários documentos relativos às terras daquele povo indígena. Na Introdução desse livro, o organizador da coletânea Peter Schröder, de forma bastante emblemática e provocativa, afirmou: "É fácil escrever alguma coisa sobre os Fulni-ô" e para isso basta recorrer a uma bibliografia existente. Mas, no parágrafo seguinte Schröder enfatiza o quanto é difícil escrever sobre o povo indígena, diante do desconhecimento resultante de barreiras impostas pelos Fulni-ô que impedem o acesso a sua organização sociopolítica e expressões socioculturais, notadamente a língua e o ritual religioso do Ouricuri, e ainda as contestações e questionamentos dos índios aos escritos a seu respeito, elaborado por pesquisadores, mais especificamente pelos antropólogos.

A publicação dessa coletânea é bastante significativa pelo fato de reunir



SCHRÖDER, Peter. (Org.). *Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2012. 262p.

um conjunto de textos com diferentes olhares e abordagens que procuram fugir do exotismo, como também do simplismo em tratar sobre um povo tão singular, situado no contexto social e histórico do que se convencionou chamar Nordeste brasileiro, onde a presença indígena foi em muito, e até recentemente, ignorada pelos estudos acadêmicos e deliberadamente negada; seja pelas autoridades constituídas, seja também pelo sendo comum.

O livro é uma excelente referência para pesquisadores especializados no estudo da temática indígena, para as demais pessoas interessadas sobre o assunto, e principalmente professores

indígenas e não-indígenas que terão em mãos uma fonte de estudos sobre o tema, mais precisamente ainda na flagrante ausência de subsídios - objetivando atender as exigências da Lei 11.645/2008, sobre a inclusão na educação escolar da história e culturas dos povos indígenas.

Diante do exíguo conhecimento que se tem sobre os Fulni-ô, e da dispersão dos poucos estudos existentes a respeito, provavelmente a primeira edição dessa importante coletânea será brevemente esgotada. Pensando em uma segunda edição segue sugestões. A primeira diz respeito ao próprio título do livro, pois o nome do povo aparece ao fim do título: *Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô*. Para um efeito prático de referência bibliográfica, propomos então a inversão do título para *Os Fulni-ô: cultura, identidade e território no Nordeste indígena*.

Sugerimos também a inclusão de mapas de localização que compreenda o Nordeste, Pernambuco, o Agreste e Águas Belas, onde habitam os Fulni-ô. A nosso ver, tal mapa é imprescindível, pois possibilitará a visualização do povo indígena em questão e contexto das relações históricas e sócio-espaciais de inserção do povo.

Por fim, nota-se a falta da presença opinativa dos Fulni-ô. Fica a sugestão de se acrescentar na introdução de uma possível reedição comentários sobre quais foram as argumentações dos indígenas a respeito das leituras prévias dos textos e como ocorreu a recepção daquele povo ao receber o livro publicado. ■

\* Leciona no PGH/UFCEG (Campina Grande-PB) e no Curso de Licenciatura Intercultural na UFPE/Campus Caruaru, destinado a formação de professores/as indígenas. É professor de História no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE/Campus Recife E-mail: edson.edsilva@hotmail.com



# Os Tupis resistem à conquista de Pernambuco

**Benedito Prézia**  
Historiador

A primeira tentativa de conquista e colonização do Brasil, as capitanias hereditárias – espécie de “contrato de risco” que o rei de Portugal ofereceu a alguns pequenos nobres portugueses a partir de 1532 –, foi um grande fracasso, sobretudo devido à resistência indígena.

A capitania de Pernambuco (*Paranapuka*, o mar furado, referência aos recifes do seu litoral), cujo donatário era Duarte Coelho, não foi aquele sucesso como aparece nos livros didáticos.

Os moradores da região eram os Tupinambá, cujo território se estendia da ilha Itamaracá, divisa com a Paraíba, até a região de Salvador, na Bahia. Em Pernambuco Duarte Coelho soube cativar a amizade desse povo graças, sobretudo, à postura de seu cunhado o jovem Jerônimo de Albuquerque que se aliou a importantes caciques com casamentos com suas filhas. Era a prática do “cunhadismo” criando ligações, não só estratégicas, mas também uma geração mestiça, que foi fundamental para a conquista portuguesa.

Os Petiguara ou Potiguara, que viviam na vizinha capitania de Itamaracá, também de língua tupi, eram aliados

dos franceses, mostrando-se muito hostis aos lusitanos. Foi assim que estourou, por volta de 1546, uma grande rebelião em Igaracu, na divisa com a Paraíba, como resposta a escravidão que se espalhava devido à implantação de alguns engenhos. Cercados na pequena vila, agora protegida por uma alta cerca de madeira, seus moradores pareciam ter seus dias contados. O conflito durou quase dois anos, tendo morrido muitos portugueses, inclusive o capitão da vila, vítima de uma flechada que lhe varou o olho, atingindo o cérebro. Por muito tempo esse fato foi escondido dos indígenas, temendo uma pressão guerreira maior.

Apesar do cerco, conseguiram avisar o donatário que vivia em Mairim (*rio dos franceses*), chamada mais tarde de Olinda. Pouco podia fazer, pois estava igualmente ameaçado pelos Tobajara (ou Tabajara), que eram povos tupis que viviam no interior, vítimas também do trabalho escravo.

Eis que inesperadamente aportou ali um navio espanhol que levava o novo governador do Paraguai, sendo que um de seus tripulantes, o alemão Hans Staden, deixou-nos um detalhado relato desse episódio.

Assim, com pequenos barcos, esses espanhóis partiram em socorro de Igaracu, que ficava à beira de um rio. Com grande dificuldades conseguiram ali chegar devido às estratégias guerreiras desses indígenas. Primeiramente foram os troncos de árvores colocadas no leito do rio, que impediam a passagem dos barcos. Depois foram as flechas incendiárias, que traziam nas pontas galhos secos de pimenteiras, que ao serem queimados produziam uma fumaça irritante, que lembra o gás de pimenta da polícia atual. Tendo superado esses obstáculos, quase foram mortos numa outra armadilha, que consistia em troncos semiabatidos, presos por cipós, que eram derrubados quando o barco inimigo se aproximasse. Essa tática falhou, pois um dos troncos caiu na direção contrária, sobre os indígenas, e um outro tomou depois da passagem do barco. Graças a esse socorro, aqueles portugueses conseguiram sobreviver por mais um tempo.

Quando o cerco dessa vila terminou, graças às negociações de Jerônimo Albuquerque, a vila de Olinda foi atacada agora pelos aliados Tupinambá. Por ficar no alto de uma colina, o cerco indígena foi mais fácil, e seus moradores tiveram que enfrentar a fome e a sede. Novamente o amor da filha do cacique Tupinambá por um jovem português, Vasco Fernandes de Lucena, salvou a vila e seus moradores, já que convenceu seus parentes a levar água e alimentos, e a iniciar uma negociação de paz.

Foram esses constantes ataques que fizeram o rei de Portugal mudar o sistema político, criando em 1549 um governo geral, sediado na Bahia. Começava para os indígenas nova fase da conquista. ■



APOIADORES

caritas



PORANTIM